

DIÁRIO

SINDICAL

São Paulo_ Encontro debate restrição a benefícios

O Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé e a Agência Sindical recebem as centrais sindicais para coletiva de imprensa com os blogueiros e a mídia sindical sobre a pauta e a agenda dos trabalhadores. O encontro é aberto ao público, sem necessidade de inscrição, e será amanhã, às 19h, na sede do Barão de Itararé, na Rua Rego Freitas, 454, 8º andar, região central da capital. Cada dirigente falará por dez minutos sobre o tema.



Divulgação

CTB_ Central organiza ato em aeroportos do país

A CTB (Central dos Trabalhadores do Brasil) está convocando a sua militância para participar amanhã, a partir das 5h30, das manifestações e distribuição de documentos para os parlamentares e sociedade nos principais aeroportos do país. O ato é mais um reforço em defesa dos direitos sociais e trabalhistas e contra o projeto de lei da terceirização, que está pronto para votação no plenário do Congresso Nacional.



Divulgação

GM_ Mais funcionários vão ficar em casa

A listagem dos 473 funcionários que vão fazer parte do lay off (suspensão temporária de contratos) foi divulgada para os trabalhadores da planta da GM (General Motors) de São José dos Campos. A partir de hoje terá início o período de cinco meses da medida na unidade. Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, a montadora comunicou os trabalhadores sobre a suspensão na última sexta-feira.

Cresce a participação de metalúrgicas em SP

Para a secretária da Mulher da FEM/ CUT, o dado é positivo, mas é preciso mais avanço

Dados do Ministério do Trabalho e Emprego mostram que a participação das mulheres metalúrgicas no mercado de trabalho vem crescendo a cada ano no estado de São Paulo. Na base da FEM/ CUT- SP (Federação dos Sindicatos Metalúrgicos da Central Única dos Trabalhadores), as profissionais do sexo feminino representavam, em 2013, 16,69% dos contratados pelas empresas do setor. No ano passado, esse percentual cresceu para 17,4%, totalizando 43 mil mulheres metalúrgicas.

O estudo foi divulgado na última quinta-feira, em homenagem ao Dia Internacional da Mulher, comemorado ontem. Os dados foram contabilizados pela subseção do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) da FEM/ CUT e da CNM/ CUT (Confederação Nacional dos Metalúrgicos da CUT).

Segundo a autora da pesquisa, a economista Caroline Gonçalves, apesar da evolução da mulher dentro dessa atividade antes exclusivamente masculina, a luta por melhores salários e oportunidades iguais as dos homens continua.

"A inserção cada vez mais crescente da mulher no mercado de trabalho ainda vem acompanhada de uma divisão sexual do trabalho, baixos salários, dificuldades de promoção na carreira e poucos cargos de liderança. Sem falar do assédio moral que ainda se faz uma realidade constante", explicou Caroline.

Atualmente, os sindicatos filiados à



Divulgação

Mulheres metalúrgicas têm mais tempo de estudo do que os homens do segmento

federação que têm maior participação feminina na base são: Itu (26,9%), Salto (24,6%), Sorocaba (22,2%) e Cajamar (19,9%). O que tem menor participação é o de Matão, no qual apenas 7,6% das filiadas são mulheres, segundo o estudo.

As mulheres da base federativa têm mais tempo de estudo do que os homens - 23,4% delas possuem, no mínimo, graduação de nível superior, enquanto 13,8% dos homens possuem ensino superior completo.

De acordo com a secretária da Mulher da FEM/ CUT, Andréa Ferreira

Souza, os dados são animadores, mas é preciso avançar no trabalho de conscientização sobre a igualdade de oportunidades.

"A pesquisa mostrou a elevação da escolaridade em relação aos homens, porém, em comparação aos salários, ainda ganhamos menos. Para tentar mudar essa realidade, fizemos uma cláusula que incentiva a valorização do trabalho da mulher e sua preparação para ocupar cargos de chefia nas fábricas. É um avanço, mas precisamos fomentar o diálogo com as empresas", salientou a sindicalista.

Pauta_ Guincheiros cobram maior valorização em abaixo-assinado

Em uma iniciativa inédita no Brasil, a Appagesp (Associação dos Pátios e Guinchos do Estado de São Paulo) e o grupo Central dos Guincheiros publicaram no Facebook um manifesto on-line pela negociação com a FenSeg (Federação Nacional de Seguros Gerais). O documento já conta com cerca de 200 assinaturas e circula na internet desde a semana passada. O grupo vai solicitar uma reunião com a entidade que representa as seguradoras e prepara, para o dia 10 de abril, uma marcha na capital paulista. No dia 9 de abril haverá uma reunião em Santa Cruz do Rio Pardo, no interior paulista, com um balcão de negócios orientado pelo Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas). O objetivo é compor uma tabela de custos para que os empresários do setor tenham números concretos e possam mostrar o tamanho da defasagem às companhias de seguros. Além de rodada de negociações em reuniões presenciais com representantes da



Divulgação

Categoria quer negociar com a FenSeg

FenSeg, o abaixo-assinado pede: tabela nacional de referências e valores para a remoção de veículos, formação de um grupo de estudos com representantes das duas partes para definição de um índice anual de reajuste e a criação de um grupo de estudo para o desenvolvimento de um programa nacional de fidelização com garantias para as empresas de seguros e benefícios aos proprietários de guinchos.

Deficiente_ Câmara aprova projeto de inclusão

A Câmara dos Deputados aprovou na última quinta-feira o projeto de lei que cria a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. A legislação prevê diversas garantias e direitos às pessoas nessa condição. A proposta foi aprovada na forma do substitutivo da relatora, deputada Mara Gabrilli (PSDB-SP), e será analisada pelo Senado. Segundo o documento, é classificada como pessoa com deficiência aquela que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial em igualdade com as demais pessoas da sociedade.

TST_ HSBC é condenado por dano moral coletivo

O banco HSBC foi condenado pelo TST (Tribunal Superior do Trabalho) em R\$ 300 mil por dano moral coletivo. A empresa havia sido processada pelo Ministério Público do Trabalho no Paraná, em 2008, por pesquisar dívidas de candidatos a vagas de emprego nos cadastros dos serviços de proteção ao crédito, como SPC e Serasa. O ministro José Roberto Freire Pimenta, relator do processo no tribunal, ressaltou que o dano moral, no caso, decorre da própria natureza da prática, que é ofensiva e conota discriminação.